

CONSTRUÇÃO E MATERIALIZAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E DESAFIOS A SUA CONSOLIDAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE

José Carlos do Amaral Junior¹ 

RESUMO

Esse artigo apresenta uma análise bibliográfico-documental sobre os fundamentos teórico-metodológicos do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, sua construção e materialização, bem como seus desafios na atualidade. Foi possível perceber que, tendo impulso inicial a partir do Movimento de Reconceitualização Latinoamericana do Serviço Social, a construção de um projeto ético-político profissional só foi possível no cenário brasileiro quando a profissão atingiu a maturidade intelectual, rompendo com o conservadorismo tradicional, renovando seu arcabouço teórico-metodológico e compreendendo a si mesmo no bojo das relações sociais. Assim, o projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro se consolidou historicamente já em um cenário desfavorável, com o avanço do neoliberalismo nos anos 1990 agravando-se consideravelmente nos dias atuais. Isso porque, com a emergência do ultraneoliberalismo e sua dinâmica e complexidade, novos e mais intensos desafios se impõem nos campos materiais e ideológicos para que o projeto ético-político da categoria possa prosperar e se manter hegemônico.

Palavras-chave: Desenvolvimento Humano. Transtornos Mentais e Comportamentais. Readaptação Docente.

CONSTRUCTION AND MATERIALIZATION OF THE ETHICAL-POLITICAL PROJECT OF BRAZILIAN SOCIAL SERVICE AND CHALLENGES TO ITS CONSOLIDATION IN CONTEMPORARY TIME

ABSTRACT

This article presents a bibliographic-documentary analysis of the theoretical-methodological foundations of the ethical-political project of Brazilian Social Work, its construction and materialization, as well as its current challenges. It was possible to perceive that, having an initial impulse from the Movement for the Latin American Reconceptualization of Social Work, the construction of a professional ethical-political project was only possible in the Brazilian scenario when the profession reached intellectual maturity, breaking with traditional conservatism, restructuring its theoretical-methodological framework and understanding oneself within social relations. Thus, the professional ethical-political project of Brazilian Social Work was historically consolidated in an unfavorable scenario, with the advance of neoliberalism in 1990s, worsening considerably in the decades that followed. This is because, with the emergence of ultra-neoliberalism and its dynamics and complexity, new and more intense challenges are imposed in the material and ideological fields so that the ethical-political project of the category can prosper and remain hegemonic.

Keywords: Ethical-political project. Ethic. Praxis. Ultra-neoliberalism.

¹ Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná IAPAR-EMATER

Autor José Carlos do Amaral Junior

E-mail: : jcamaral1987@gmail.com

Recebido em 19 de Junho de 2024 | Aceito em 06 de Junho de 2025.

CONSTRUCCIÓN Y MATERIALIZACIÓN DEL PROYECTO ÉTICO-POLÍTICO DE SERVICIO SOCIAL BRASILEÑO Y DESAFÍOS PARA SU CONSOLIDACIÓN EN EL TIEMPO CONTEMPORÁNEO

RESUMEN

Este artículo presenta un análisis bibliográfico-documental de los fundamentos teórico-metodológicos del proyecto ético-político del Servicio Social Brasileño, su construcción y materialización, así como sus desafíos actuales. Se pudo percibir que, teniendo un impulso inicial del Movimiento de Reconceptualización Latinoamericana de los Servicios Sociales, la construcción de un proyecto ético-político profesional sólo fue posible en el escenario brasileño cuando la profesión alcanzó la madurez intelectual, rompiendo con el conservadurismo tradicional, reestructurando su marco teórico-metodológico y comprendiéndose a uno mismo dentro de las relaciones sociales. Así, el proyecto ético-político profesional del Servicio Social Brasileño se consolidó históricamente en un escenario desfavorable, con el avance del neoliberalismo en 1990, agravándose considerablemente en las décadas siguientes. Esto se debe a que, con el surgimiento del ultraneoliberalismo y su dinámica y complejidad, se imponen nuevos y más intensos desafíos en el campo material e ideológico para que el proyecto ético-político de la categoría pueda prosperar y seguir siendo hegemónico.

Palabras clave: Proyecto ético-político. Principio moral. Práctica. Ultraneoliberalismo.

APRESENTAÇÃO

O Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social (PEPP), tem sido constantemente o centro de debates e discussões dentro da categoria dos assistentes sociais, sobretudo tentando analisar suas possibilidades de realização na atual ordem do capital, bem como os desafios postos no cotidiano profissional para sua efetivação e, não raras vezes, a emergência de projetos concorrentes e antagônicos. O PEPP é, portanto, uma nucleação hoje fundamental para o Serviço Social brasileiro, cuja maturidade intelectual fez emergir uma proposta substancialmente diferente ao que se tinha conhecimento em tempos pretéritos (Netto, 2009).

Como se sabe, o PEPP não é um documento ou congêneres, mas um projeto profissional que foi erigido historicamente a partir de diversos elementos históricos que atravessaram a existência do Serviço Social brasileiro. Por isso, seu entendimento perpassa necessariamente pela apreensão metodológica e histórica, para compreender como ele é resultante de um intenso debate interno sobre a existência da profissão, seu sentido prático e seu compromisso ético e político. Iamamoto (2022) reforça que o Serviço Social deve buscar o seu entendimento no seu “vir-a-ser” cotidiano. É no devir da formação e prática historicamente situada que os processos podem ser compreendidos e corretamente analisados.

A ordem do capitalismo tardio impõe novas condições de materialidade e efetivação do PEPP, na medida em que faz alterar as relações sociais. O neoliberalismo brasileiro dos anos 1990, apesar de à época já se erguer como obstáculo substancial ao posicionamento ético-político contido no PEPP, adentrou nas últimas décadas uma nova fase, em que conheceu o extremismo necessário quando do esgotamento dos ciclos do capital. O Brasil atual precisou conviver com a emergência da extrema-direita, com o acelerado desmonte do pouco que se construiu em termos de políticas sociais, com o aumento da desigualdade social e os agravamentos que dela decorrem, com a ameaça à democracia, com o anti-intelectualismo e o negacionismo. Isso para citar, de forma geral, como o neoliberalismo se converte em abordagem ainda mais agressiva e predatória - o ultraneoliberalismo - que não cessa de avançar sobre a classe trabalhadora.

Por isso, esse texto tem como objetivo analisar o processo histórico de construção e materialização do PEPP do Serviço Social, e quais são os desafios contemporâneos para sua efetivação. Esse trabalho foi construído, portanto, a partir de uma análise bibliográfico-documental, tomando como *corpus* documental a produção da área sobre a temática. Dessa maneira, está organizado em três partes, a saber: (1) em um primeiro momento, demonstraremos quais fundamentos teórico-metodológicos fazem emergir a possibilidade de construção de um projeto profissional, dotado de sentido ético-político; (2) posteriormente, será apresentado como o PEPP assumiu sua materialidade histórica, focalizando a partir de quais contingências e elementos ele se erigiu; (3) por último, de forma geral, analisaremos quais são os principais desafios hoje para que o PEPP mantenha-se atual e no horizonte da prática profissional.

FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DE UM PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL

Como ponto de partida, é preciso entender os fundamentos teórico-metodológicos que subsidiam a construção do PEPP enquanto projeto da categoria. O Serviço Social brasileiro passou por um intenso processo de mudança a partir dos anos 1980, o que será mais bem trabalhado na segunda parte. Importa destacar que, no curso dessas mudanças, a área encontrou no aporte teórico-metodológico do materialismo histórico-dialético a sua possibilidade de ruptura com o modelo tradicional¹. A incursão por essa perspectiva reestruturou as bases do Serviço Social, uma vez que contempla determinada possibilidade de direcionamento teórico-metodológico e ético-político. Lessa e Tonet (2011) demarcam como o legado da tradição marxista abre possibilidades não só para uma interpretação ontológica, mas também filosófica. Os autores descrevem, por exemplo, como uma apreensão ontológica que tem o trabalho como categoria central localiza os sujeitos e grupos humanos na processualidade histórica, demonstrando assim que há uma trajetória a partir da qual o trabalho faz surgir as qualidades tipicamente humanas dos seres e dialeticamente constitui o ser social. Isso quer dizer, afirmam, que no curso de sua ação para transformar a natureza, os sujeitos elaboram mentalmente o resultado que pretendem obter (prévia-ideação), e de forma mediada procedem com a transformação da natureza, cujo resultado objetivo (objetivação) passa a integrar seu processo de trabalho, tanto em novos processos mentais que se seguirão (subjetivação-objetivação) quanto pela apropriação do resultado de sua prática por outros sujeitos (objetivação-subjetivação). O que Lessa e Tonet (2011) tentam resumir, é que o trabalho enquanto categoria ontológica do ser social faz emergir do metabolismo com a natureza um resultado novo daquilo que antes foi planejado pela mente humana, e que esse resultado modifica tanto a prática daquele que o planejou, como dos demais sujeitos que dele se apropriarão ou por ele serão atravessados.

Lembre-se de Marx (2017) e sua analogia para exemplificar o por teleológico² humano: nem a mais habilidosa das aranhas pode ser comparada com o mais medíocre dos arquitetos, porque enquanto aquela tece sua teia orientada pelo instinto biológico de sua espécie, esse segundo elabora um projeto mental baseado nas construções sociais e históricas de outros seres humanos, que apreendeu a partir de seu processo de existência concreta, de trabalho. É sempre importante lembrar também dos psicólogos soviéticos nessa abordagem ontológica, em especial Vygotsky (2009) e Leontiev (2004) que demonstram como a própria mente humana (psiqué) é construída historicamente no curso do desenvolvimento do ser humano e do ser social. Esses autores demonstram, por exemplo, que o pensamento tipicamente humano tem uma trajetória na ontogênese (no percurso de um ser vivo em específico) e na filogênese (no percurso da cadeia evolutiva de um grupo de seres vivos). Vygotsky (2009), ao responder a questão fundante de seu trabalho - sobre o que veio primeiro na formação da mente humana, se o pensamento ou a linguagem - é categórico: primeiro veio a ação. Está aqui reforçado o caráter ontológico do trabalho.

1 O modelo tradicional do Serviço Social estava baseado nos aportes franco-belga e estadunidense, que, cada uma a sua maneira, lidavam com as demandas profissionais de forma conservadora, entendendo a realidade de um ponto de vista funcionalista (NETTO, 2011).

2 Capacidade humana de planejar previamente, em sua mente, o curso de sua ação (MARX, 2017).

Marx (2017) está, em sua obra mais relevante embora não exclusivamente nela, dialogando com as correntes prevalentes à época, como a crítica da economia política inglesa, os socialistas utópicos e os filósofos alemães. Ele refuta a percepção idealista de que a mente cria as coisas materiais ao criar o seu sentido, introduzindo a noção materialista e dialética de que é no e pelo trabalho que se forma o mundo das ideias, portanto, resultado de um processo que ocorre primeiro no mundo material. Lukács (2018) embora estivesse buscando nas contribuições marxistas uma certa apreensão ética, acaba corroborando com o avanço na compreensão do caráter ontológico do trabalho. É com esse autor que, superando muitas correntes incluindo aqui um número de influentes contratualistas, a sociedade é entendida em uma relação dialética com os sujeitos, e não em oposição. Segundo o autor, sociedade e indivíduo não estão em constante negação para supressão de uma “natureza humana”, mas em um constante devir dialético em que se constituem mutuamente. Marx inverte a dialética hegeliana, dando historicidade à dialética materialista, que outrora já havia resolvido o problema persistente da filosofia da relação sujeito-objeto. Dessas reflexões, portanto, muitas apreensões são possíveis.

Se é no e pelo trabalho que os seres humanos criam as condições de sua própria existência e a partir delas modificam a si mesmos, entende-se que no curso na história não há um sentido pré-determinado, uma forma acabada e insuperável. Lessa e Tonet (2011) reforçam isso ao demonstrar que as correntes que consideram essa ou aquela forma histórica como “finais” e “insuperáveis”, estão presas em uma leitura a-histórica, esvaziada do caráter ontológico. Portanto, conceber que há uma natureza humana e que as formas sociais que experimentamos são os únicos e irremediáveis resultados possíveis dela, é sucumbir ao nóculo idealista-abstrato de um contratualismo que não há correspondentes no real. O próprio curso da história - e Marx e Engels demonstram com maestria em “A ideologia Alemã” (2007) - viu emergir em diferentes contextos condições que, como resultado subjetivo-objetivo do trabalho dos sujeitos históricos, fez erodir sistemas seculares, como foi o caso da sociedade escravista da Antiguidade e do sistema feudal do Medievo. Então, um fundamento importante que daí se apreende é que, sendo o trabalho categoria ontológica, os sujeitos têm a capacidade de planejar e dar sentido à sua prática, movimento que transforma o real e, a depender de seus desdobramentos, podem alterar as condições de sua própria prática e de sua existência concreta.

É partindo da ontologia do ser social lukácsiana, portanto, que Barroco (2010) aborda a ética enquanto mediação de uma determinada *práxis*³. Para a autora, a ética tem que ser compreendida fora da abordagem metafísica, e a partir das leituras marxistas e marxianas, deve ser entendida como possibilidade de direcionamento da ação dos sujeitos. Se os seres humanos são capazes de, continua a autora, no seu por teleológico cotidiano dar sentido às suas práticas, é possível imprimir certo caráter ético-político à ação planejada. E aqui, ressaltamos, embora a história não tenha um sentido teleológico, a ação mediada dos sujeitos, por tê-lo, pode dar sentido histórico ao conjunto de ações contextuais. É daqui que Barroco (2010) apreende, por exemplo, que a ética se torna potencial mediação de uma *práxis*, na medida em que pode atribuir sentido ético-político à ação do sujeito. Lessa e Tonet (2011) corroboram com essa leitura na medida em que demonstram como, fora do pensamento idealista-abstrato, é possível que os sujeitos atuem para modificar as condições concretas que formatam as relações sociais e dão materialidade às formas de organização e reprodução da sociedade. Foi o que a burguesia fez, por exemplo, com as mudanças que coadunaram na Revolução Francesa, e aquelas que se seguiram para derrubar toda a estrutura do Antigo Regime, instaurando uma nova ordem. Mesmo que esse por teleológico dos sujeitos possa não resultar nas objetividades almejadas - e aqui muitos exemplos são possíveis, como aqueles clássicos da filosofia da ciência - a possibilidade de dotá-lo de sentido ético-político para uma transformação societária é característica fundamental.

3 O conceito de *práxis* se refere à capacidade de uma prática teleologicamente orientada para a transformação do mundo, em que teoria e prática formam uma unidade dialética na ação do homem concreto no mundo real.

É dessa discussão, imbuído no trabalho enquanto categoria ontológica, na dialética da ação humana, na ética enquanto possibilidade de mediação de uma *práxis* transformadora, que o PEPP do Serviço Social tomou forma. Considerando a raiz ontológica de uma prática de subjetivações/objetivações, os sujeitos e grupos podem produzir no campo das ideias um modelo diferente de sociedade (Teixeira; Braz, 2009). É nesse contexto, afirmam, que se consolidam os projetos profissionais e os projetos societários.

Essa reflexão faz desembocar em como o Serviço Social estruturou um projeto profissional, que tem como pano de fundo determinado projeto societário, e quais as contingências históricas de sua emergência. Teixeira e Braz (2009), citam que a gênese do PEPP é o Congresso da Virada, ocorrido em 1979. No entanto, Iamamoto (2022) reforça que os elementos que iriam resultar na consolidação de um projeto profissional crítico, se iniciaram com o Movimento de Reconceituação, que a partir de um Seminário realizado em Porto Alegre em 1965, colocou diversos países da América Latina na discussão sobre o Serviço Social tradicional, e da necessidade de afastar os modelos vigentes do *Social Work* estadunidense. Esse movimento não resultou necessariamente em propostas disruptivas, pois como demonstra Netto (2018) também gestou aqueles modelos de modernização conservadora e reatualização do conservadorismo, ao lado da intenção de ruptura. O contexto geral da Ditadura Militar no país - e em outros da América Latina - bem como a fraca incursão teórica da época, fizeram o Movimento dispersar nos anos 1970. Iamamoto (2022) destaca que o contexto geral fez dissipar o movimento, esvaziando o Centro Latino Americano de Trabalho Social - CELATS, e tornando assíncrono o tempo de análise e reflexão do Serviço Social nos países latino-americanos. Os elementos dessa intenção de ruptura foram fundamentais para as mudanças que viriam a ocorrer mais tarde no cenário brasileiro, pontuando que mesmo sob a égide da Ditadura exemplos inovadores, como o Método de BH⁴, surgiram, apesar de prevalecer um sufocamento das ideias mais críticas (Tenenblat, 2022).

Portanto, foi mesmo somente com o enfraquecimento e esgotamento específico da Ditadura Militar no Brasil, que se tornou possível repensar o Serviço Social brasileiro, aproximando-o com o aporte teórico-metodológico do marxismo e alterando seu entendimento no bojo das relações sociais. Mota e Rodrigues (2020) demonstram como, existindo as condições históricas para se concretizar, O III Congresso Brasileiro de Assistente Sociais (CBAS) foi tomado pela categoria, que destituiu a mesa presente e institui uma plenária histórica que, pela primeira vez se posicionando oficialmente contra o regime autocrático burguês, reconheceu que o Serviço Social brasileiro atuava em defesa da classe trabalhadora. Realizado em 1979, o Congresso da Virada, como ficou conhecido, é o marco da expressão ético-política da categoria no sentido de (re)direcionamento de sua prática.

Netto (2009) destaca essa importância histórica: o projeto profissional que começou a ser discutido no Movimento de Reconceituação e voltou à tona no Congresso da Virada, era um projeto profissional que demonstrava ter como mosaico um projeto societário revolucionário, da ordem da superação da sociedade capitalista. O autor faz algumas ressalvas, como o fato de projetos profissionais distintos disputarem entre si - o que a história do Serviço Social demonstrou ser análise acertada - e de que os projetos societários podem ser plurais, assumindo caráter conservador ou revolucionário. O autor afirma que, sendo os projetos societários macro, eles não dependem única e exclusivamente do projeto profissional, mas da junção de diversos projetos que tenham o mesmo horizonte de transformação. Destaca, ainda, que os projetos profissionais são dinâmicos e mutáveis - característica que será fundamental para analisarmos o PEPP na atualidade.

4 O Método de BH foi uma experiência desenvolvida por um grupo de professoras da PUC-MG na cidade de Belo Horizonte, que aplicou de forma inédita pressupostos do marxismo (ainda que vulgar) no trabalho de assistentes sociais com um grupo de trabalhadores (NETTO, 2018).

As condições históricas para que o Serviço Social construísse o PEPP e avançasse em seu modelo intelectualmente maduro foram muitas. Importante destacar o paradoxo histórico para a área, amplamente fomentada pelo regime autocrático burguês, o que acabou favorecendo, posteriormente, seu amadurecimento universitário e a mudança do perfil de classe do profissional (Netto, 2018). Iamamoto (2022) destaca também que a desmobilização da Ditadura Militar e o esgotamento do desenvolvimentismo, possibilitaram a reorganização dos movimentos sociais e instituições, como a CNBB, CEBs, UNE, CONTAG, Sindicatos, OAB, ABI, dentre outras. O que, continua, fortaleceu o trabalho de base e abriu espaço para uma Reforma Política que permitiu o surgimento de novos partidos, dentre eles o Partido dos Trabalhadores (PT). O Congresso da Virada, ocorrido no bojo dessas transformações, reflete tais condições históricas, alçando o Serviço Social brasileiro, nas décadas que se seguiram, a um intenso processo de mudança.

O PEPP surgiu por meio do direcionamento ético-político que a categoria buscou imprimir em sua prática, em sua razão-de-ser na divisão sociotécnica do trabalho. Sua materialidade, portanto, só estaria dada a partir das construções que se seguiram nos anos 1980-1990, que buscaram elaborar a formação e prática profissional em um núcleo aglutinador coerente. Teixeira e Braz (2009), dizem que os elementos constitutivos do PEPP são os seus princípios e valores éticos, a matriz teórico-metodológica em que se ancora, a crítica radical a ordem vigente e as lutas e posicionamentos políticos acumulados pela categoria. Tudo isso vai coadunar com aquilo que Netto (2009) como a estruturação tripartite do PEPP: a pesquisa e acumulação do conhecimento construído na área, as instâncias político-organizativas da categoria (Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, Conselhos Regionais de Serviço Social - CRESS, Associação Brasileira de Pesquisa e Ensino em Serviço Social - ABEPSS, Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social - Enesso) e as jurídico-políticas (Lei de Reconhecimento da Profissão, nº 8662 de 1993, as novas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, de 1996, e o Código de Ética da profissão, de 1993). Todos esses elementos que estruturam o PEPP, como lembra Iamamoto (2022), só foram possíveis porque o Brasil encontrou condições propícias para realizá-los, com a ampliação dos espaços sócio-ocupacionais no Estado, a mudança de perfil do profissional, o avanço da área nas universidades, seu reconhecimento como área de conhecimento e sua produção acadêmica. Nesses termos, afirma a autora, o Brasil tem uma dívida com os vizinhos latino-americanos que outrora contribuíram de forma ímpar para que Serviço Social brasileiro iniciasse seu processo de mudança, o que não ocorreu em todos aqueles países que integravam o Movimento de Reconceituação⁵ nos idos anos 1960/1970.

Assim sendo, nas palavras de Paulo Netto (2009), o PEPP se estrutura tendo como valor central a liberdade e a defesa dos direitos humanos, e embora antagonize com o neoliberalismo e encontre limites na sociabilidade burguesa, tem como horizonte uma nova sociedade. Por isso mesmo, continua, trata-se de um projeto hegemônico, mas não homogêneo, visto que por ser dinâmico e mutável, encontra entraves e contradições em diferenciados níveis, incluindo aí as condições concretas de reprodução na própria categoria profissional. Para tal, é necessário olhar com cuidado para os rebatimentos que a ordem do capitalismo tardio e dos projetos concorrentes têm no PEPP dos dias atuais, para que seja possível superar seu caráter meramente recursivo.

5 O Movimento de Reconceituação ocorreu nos países da América Latina entre os anos de 1965-1975, ocasionado por um questionamento da adequação do Serviço Social de aporte estadunidense à realidade dos países dessa porção continental. Resultou em correntes bastante diferenciadas, tendo prevalecido em um primeiro momento vertentes mais conservadoras (como a modernização conservadora e a atualização do conservadorismo), embora no caso brasileiro, a vertente de intenção de ruptura tenha resultado em desdobramentos importantes das décadas seguintes (NETTO, 2018).

O PEPP DO SERVIÇO SOCIAL NO ULTRANEOLIBERALISMO

É importante pontuar que, o contexto em que o PEPP foi pensando e elaborado em suas distintas formas de materialidade, já não era favorável a seu sentido ético-político, visto que coincidiu com o avanço do neoliberalismo no Brasil e com o precário processo de redemocratização. Mesmo com os avanços conquistados pela área, é importante lembrar que o sistema ideo-cultural da pós-modernidade⁶ já se apresentava como dominante e funcional à nova ordem, o que impactaria a produção acadêmica do Serviço Social e o PEPP na medida em que apresentava como “obsoleto” seu aporte teórico-metodológico. Teixeira e Braz (2009) demonstram, por exemplo, como a pós-modernidade acabou se tornando ameaça de retorno ao conservadorismo, uma vez que esvazia de sentido ético-político e metodologicamente a formação e prática profissional. Cantalice (2016) corrobora com essa leitura, ao demonstrar que o avanço das teorias pós-modernas esteriliza a teoria social crítica nas pesquisas e abordagens, comprometendo os princípios do PEPP. Netto (2009) reforça ainda que, embora o PEPP dependa da categoria, ele também está intimamente relacionado com a organização popular como um todo. E sendo o neoliberalismo capaz de estabelecer relações sociais que enfraquecem continuamente as formas de luta e organização da classe trabalhadora, há que se considerar as limitações que daí decorrem. Nesse cenário, o conservadorismo em novas roupagens é a constância do capital que não cessa de renovar suas forças opressoras.

Além disso, destacam Teixeira e Braz (2009), as impossibilidades de realização de um projeto profissional frente a realidade concreta com a qual se depara, resulta em um distanciamento entre prévia-ideação e objetivação. O que quer dizer, em outras palavras, que aquele “antagonismo com o neoliberalismo” supracitado aparece de forma concreta, como impossibilidade de parte do PEPP de se efetivar. Iamamoto (2015) acrescenta ao debate ainda a problemática da alienação cotidiana do profissional, que enrijece as possibilidades de atribuir sentido ético-político à sua prática, ressaltando o caráter negativo da relativa autonomia profissional. A autora destaca como o neoliberalismo altera não somente as estruturas do Estado e os espaços sócio-ocupacionais a ele vinculados, mas as condições de formação dos assistentes sociais (como a mercantilização sucateada dos cursos) e sua existência enquanto classe trabalhadora, em um cenário de precarização e desregulamentação do trabalho ainda mais intensos.

Mas os tempos atuais erguem desafios ainda maiores. Braz (2022) tece um panorama dessa atualidade, demonstrando que a conjuntura atual, erigida sobre a estrutura de um país entreguista e subalterno, favorece o regime de acumulação modificado no ultraneoliberalismo. O autor demonstra, por exemplo, que o fortalecimento da extrema direita no país e o enfraquecimento das instituições democráticas, acendem o alerta para que não se pode cair no ilusionismo da democracia burguesa. Nos limites da sociabilidade capitalista, argumenta, o Estado acompanha os interesses da classe dominante e faz valer os seus ideais, mesmo que isso signifique alterar o modelo de poder vigente, ou o sistema ideológico dominante. E o Brasil dos últimos anos, ao que indica a realidade, enveredou por ambos os caminhos.

É importante lembrar que o Brasil é um país extremamente desigual, racista e elitista, erigido sob uma base colonial escravocrata, com alta concentração fundiária e sem uma revolução burguesa clássica que rompesse com tal ordem (Braz, 2022). Lembre-se de Fernandes (2020) e seu conceito das “mudanças vindas pelo alto”, em que a burguesia nacional se forma sobrepondo-se à elite agrária escravocrata e, nesse movimento, constrói-se tanto uma burguesia amorfa e avessa às mudanças, quanto uma relação internacional fortemente dependente dos países centrais no capitalismo. Séculos de espoliação colonial escravista em função da lógica do capital, destaca Gorender (2013) não poderiam resultar, diante das “revoluções

6 A “pós-modernidade” é uma condição ideológica e cultural que emerge após os anos 1970, cujos princípios se assentam na recusa das metanarrativas e teorias sociais macrossocietárias, localizando o debate em fragmentos identitários e contextuais (Cantalice, 2016).

burguesas passivas”, em nada mais do que uma desigualdade que assola grande parte dos trabalhadores, em especial pretos, pardos e indígenas. Prevalece a metáfora brasileira do “ornitorrinco” formulada por Francisco de Oliveira em “O ornitorrinco” (2003), com um desenvolvimento marcado pela dialética funcional entre o moderno e o atrasado, com o fazer político atrofiado, uma aberração. O regime de acumulação atual, retoma Braz (2022), encontrando reverberação em uma estrutura dessa natureza, acentua ainda mais as expressões da Questão Social⁷, na medida em que destrói a um só tempo as relações trabalhistas e o modelo ideo-cultural outrora vigente. Por isso mesmo, a direita extrema, ancorada em um irracionalismo que embora não seja novo, assumiu roupagens mais atuais crescendo no país sob uma combinação muito diversa e polimórfica - recorreu às milícias, ao negacionismo, ao anti-cientificismo, ao conservadorismo, às religiões evangélicas, ao militarismo, dentre outros.

A retórica do ultraneoliberalismo, portanto, se faz avançar por esses campos. Como resultado da estrutura brasileira e da conjuntura que o capitalismo atual impõe, o Estado passa a atender vorazmente os interesses da burguesia, assumindo parte das dívidas privadas (socialização dos prejuízos), desfazendo as poucas e escassas políticas sociais existentes e impondo limites aos gastos públicos sob o discurso da austeridade fiscal (BEHRING, 2021). A autora ressalta como nesse cenário o fundo público - que ela caracteriza como uma punção compulsória de parte do mais valor produzido pelo Estado, em formatos diversos, conceito já visto em Evilásio Salvador (2014), passa a ser alvo de disputas, em que a burguesia encontra meios de espoliar duplamente a classe trabalhadora (visto que concorre para fins privados por recursos que poderiam ser destinados às políticas públicas).

Por último, é importante colocar à luz dessa conjuntura o PEPP do Serviço Social, compreendendo que estamos diante de uma nova ordem, com novas formas de conservadorismo e ameaças. Montañó (2006) demonstra como surgem ameaças da ordem do próprio avanço conservador, na política e na sociedade, ao PEPP e à adoção da Teoria Social Crítica. O autor destaca, por exemplo, que em alguns países da América Latina o Serviço Social brasileiro é visto como “limitado” e “situacional”, demonstrando que a lógica ultraneoliberal, que se espalhou pelo continente, promoveu cisões com as reflexões passadas, que de uma ou outra maneira acabam suscitando certo conservadorismo. Ele demonstra também como dentro da própria categoria, começam a surgir propostas alternativas ao modelo hegemônico do Serviço Social, sobre os mais diversos pretextos, como o de uma retomada à leitura dos clássicos (Mary Richmond e congêneres) e uma pretensa defesa do profissional atribuir sentido individual à sua prática. Surgem também, continua, propostas notória e assumidamente liberais dentro do Serviço Social, evocando um abandono do “dogmatismo” promovido pelo modelo atual, um anti-marxismo e uma suposta resistência ao Serviço Social crítico, entendendo-o como imposição de um pequeno grupo de sujeitos, e não como reflexo da categoria como um todo. Essas são, apenas para ilustrar, algumas das formas mais graves e atuais que a pesquisa e produção de conhecimento em Serviço Social tem demonstrado surgir. Certamente, não são as únicas. Há que se acrescentar ainda a persistência teórico-metodológica dos aportes pós-modernos, que como destaca Cantalice (2016), contribui para que se produza um afastamento e uma resistência ao materialismo histórico-dialético, aos projetos macrosociais e enfraqueça ainda mais qualquer prática dotada de sentido ético-político transformador.

Como lembra Netto (2009) é de se esperar que os projetos coletivos estejam em constante mudança e disputa, mas nos parece que a forma atual em que esses antagonismos ocorrem tem muito de particular. As barreiras concretas que o próprio ultraneoliberalismo ergue para que os profissionais possam dotar de sentido ético-político sua prática, fomentam a alienação, condição profícua para que projetos que se dizem “mais realistas” tomem força ideológica. Braz (2022) destaca que, essa alienação cotidiana afasta os/as

7 A Questão Social se refere ao conjunto de expressões das relações antagonizadas que emergem da relação capital-trabalho, considerada “objeto” a partir do qual o Serviço Social, no bojo da divisão sociotécnica do trabalho é chamado a intervir (NETTO, 2018).

assistentes sociais das formas organizadas da classe trabalhadora, e o PEPP se esvazia de sentido se não conhecemos qual o perfil do profissional de hoje, como ele atua e em quais condições. Por isso, o PEPP parece se enfraquecer no âmbito do cotidiano, mascarado pela alienação, pela descrença de que algo possa ser feito (abismo entre prévia-ideação e objetivação), pela esterilidade teórico-metodológica e pelo discurso reformista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PEPP, pela dinamicidade e complexidade que apresenta, não pode ser resumido em poucas laudas, tampouco podem ser esgotadas as ameaças que a conjuntura atual apresenta à sua efetivação. O que intentamos elaborar nesse texto foi uma reflexão da urgência e atualidade de pensarmos no projeto profissional como atravessado por contradições e disputas. Assim, mantém-se a constante de que a organização política e as resistências cotidianas são partes mais do que fundamentais nessa empreitada - e que como proposta em movimento, conhecer e transformar são prerrogativas fundamentais de sua existência.

Ilustremos com alguns dos argumentos de Iamamoto (2012): em comparação com a América Latina, o Brasil é hoje um destaque na quantidade e qualidade dos programas de pós-graduação em Serviço Social, sendo reconhecido pela CAPES como área de conhecimento. É também o único dessa porção continental que possui diretrizes curriculares nacionais, que intentam tanto dar sentido ético-político ao “vir-a-ser” da profissão no cotidiano, como tornar hegemônica uma abordagem crítica do Serviço Social. Nosso débito com os vizinhos latino-americanos é grande, visto que o início dessa caminhada não seria possível sem a importante contribuição deles no Movimento de Reconceitualização. Portanto, deve-se manter para a ordem do dia que a discussão integrada sobre o Serviço Social possa, novamente, transpassar as fronteiras.

De forma concomitante, é preciso voltar o olhar para a materialidade do PEPP atualmente, entendendo duas dimensões dessa problemática: a primeira delas diz respeito ao “abismo” entre o que queremos, e o que podemos fazer. A distância cotidiana que enfrentam os profissionais entre um projeto profissional no campo da prévia-ideação e as condições concretas para objetivá-lo, não pode ser mascarada. Por isso, tem que se olhar com maior precisão sobre esse momento da *práxis*, em que os elementos das dimensões teórico-metodológica e ético-política parecem não encontrar reverberação na técnico-operativa. É necessário produzir conhecimento que busque entender as formas concretas desse distanciamento, para que a aproximação com a concreticidade supere a discursividade - e o aparecimento do PEPP como pura retórica. A segunda delas diz respeito à garantia de que os elementos constituintes do PEPP se mantenham organizados, sintonizados e atualizados. Isso quer dizer que as formas político-organizativas da categoria não podem se dissipar, e devem promover o constante debate e aproximação com os profissionais de base, visto que o Projeto é uma construção histórica e coletiva, e assim deve permanecer nutrido. Também que a pesquisa e produção do conhecimento da área não sucumba ao avanço pós-moderno e seus similares, funcionais à ideologia dominante. Os avanços político-jurídicos, por sua vez, não podem se converter em mera legalidade, sendo necessário constante atualização e debate sobre esses dispositivos, para que encontrem correspondência no real em suas múltiplas determinações objetivas.

REFERÊNCIAS

- Barroco, M. L. S. **Ética - fundamentos sócio-históricos**. 3. ed. São Paulo - SP: Cortez Editora, 2010. 8v.
- Behring, Elaine Rossetti. **Fundo público, valor e política social**. São Paulo - SP: Cortez Editora, 2021.
- Braz, Marcelo. O Brasil atual e a tragédia bolsonarista: elementos históricos e conjunturais para pensar o projeto ético-político. *In: Diálogos do cotidiano - assistente social: reflexões sobre o trabalho profissional*. Brasília, DF: Conselho Federal de Serviço Social, 2022, p. 12–41.
- Cantalice, Luciana Batista de Oliveira. Neoconservadorismo na produção do conhecimento em Serviço Social: tensões entre o pós-moderno e o projeto profissional. **Temporalis**, v. 16, n. 32, p. 231–260, 2016.
- CFESS. Perfil dos assistentes sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional. Disponível em: <<https://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2024.
- Fernandes, F. **A Revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 6. ed. São Paulo - SP: Editora Contracorrente, 2020.
- Gorender, J. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. *In: STEDILE, J. P. (org.). A Questão Agrária no Brasil - O debate na década de 1990*. São João Del-Rei, MG: Expressão Popular, 2013, v. 6, p. 19–54.
- Iamamoto, Marilda. A fé no que virá e a alegria de olhar para trás: 30 anos do projeto ético-político profissional. *In: Seminário Nacional: 30 anos do Congresso da Virada*. Brasília, DF: Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, 2012, p. 115–138.
- Iamamoto, Marilda. Nas trilhas coletivas da resistência - Serviço Social e lutas sociais na América Latina. **Temporalis**, v. 22, n. 44, p. 18–42, 2022.
- Iamamoto, Marilda. **Serviço Social em tempo de capital fetiche - capital financeiro, trabalho e questão social**. 9. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2015.
- Leontiev, Alexis N. **O desenvolvimento do psiquismo**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2004.
- Lessa, S.; Tonet, I. **Introdução à filosofia de Marx**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- Lukács, G. **Para uma ontologia do ser social I**. 2. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.
- Marx, Karl. **O capital: crítica da economia política - Livro II: o processo de circulação do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- Marx, Karl; Engels, Friederich. **A ideologia alemã**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2007.
- Montaño, Carlos. Um projeto para o Serviço Social crítico. **Revista Katálisis**, v. 9, n. 2, p. 141–148, 2006.
- Mota, Ana Elizabete; RODRIGUES, Mavi. Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário. **Revista Katálisis**, v. 23, n. 2, p. 199–212, 2020.
- Netto, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. *In: Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo - SP: Cortez Editora, 2009, p. 1–22.
- Netto, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- Netto, José Paulo. **Ditadura e Serviço Serviço Social - uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 17. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2018.
- Oliveira, Francisco de. **Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco**. São Paulo - SP: Boitempo, 2003.
- Salvador, Evilasio. **Fundo público e seguridade social no Brasil**. São Paulo - SP: Cortez Editora, 2014.
- Teixeira, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. *In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. [s.l.]: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 1–19. Disponível em: <<https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/>>

[teixeira-joaquina-barata_-braz-marcelo-201608060407431902860.pdf](#)>. Acesso em: 20 set. 2019.

Tenenblat, Mably Jane Trindade. O legado do Movimento de Reconceituação latino-americano para o Serviço Social brasileiro. **Temporalis**, v. 22, n. 44, p. 151–168, 2022.

Vygotsky, Lev S. **A construção do pensamento e linguagem**. 2. ed. São Paulo: WMF Martins, 2009.

